

DESDOBRAMENTOS
DA POLÍTICA
EDUCACIONAL
COM ENFOQUE NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Rosimeire Maria Orlando (org.)

DESDOBRAMENTOS
DA POLÍTICA
EDUCACIONAL
COM ENFOQUE NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

EDESP-UFSCar

2022

Copyright © 2022 dos autores.

Editora De Castro

Editor: Carlos Henrique C. Gonçalves

Conselho Editorial:

Prof. Dr Alonzo Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Prof. Dr Antenor Antonio Gonçalves Filho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Universidade Federal de Goiás – UFG

Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dr Felipe Ferreira Vander Velden

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr Fernando de Brito Alves

Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira

Universidade Federal do Pará – UFPA

Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof Dr Hugo Leonardo Pereira Rufino

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Profª Drª Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais,

Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Profª Drª Jucelia Linhares Granemann

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS

Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Dr Lucas Farinelli Pantaleão

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr Luis Carlos Paschoarelli

Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faac

Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profª Drª Marcia Machado de Lima

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr Marcio Augusto Tamashiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof. Dr Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr Mauro Machado Vieira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr Osvaldo Copertino Duarte

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

EDESP – Editora de Educação e Acessibilidade da

UFSCar

Diretor: Nassim Chamel Elias

Editores Executivos

Adriana Garcia Gonçalves, Clarissa Bengtson, Douglas

Pino e Rosimeire Maria Orlando

Conselho Editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Apoios

Esta publicação foi financiada com os apoios da:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – CAPES/PROEX nº do Processo: 23038.006212/2019-97.

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT):

Raquel Mariane da Silveira / silveira.raquelm@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

D449 Desdobramentos da política educacional com enfoque na educação especial [recurso eletrônico] / organizadora Rosimeire Maria Orlando. — 1. ed. — São Carlos : De Castro : EDESP-UFSCar, 2022.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5854-910-9

1. Educação e Estado. 2. Professores – Formação.
3. Educação especial. 4. Prática de ensino. I. Orlando, Rosimeire Maria. II. Título.

CCD23: 370.981

DOI: 10.46383/isbn.978-65-5854-910-9

Todos os direitos desta edição estão reservados aos autores. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editora De Castro

contato@editoradecastro.com.br

editoradecastro.com.br

EDESP – Editora de Educação e

Acessibilidade da UFSCar

www.edesp.ufscar.br



AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), por oferecer condições para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - Rosimeire Maria Orlando	9
1	
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO: UMA BREVE INTRODUÇÃO - Gabriel Costa e Luciléia Bechmann	13
2	
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E REDUÇÃO NOS CUSTOS EM EDUCAÇÃO PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - Rosimeire Maria Orlando, Suelen Priscila Ferreira Alves e Vanessa Cristina Paulino	23
3	
DECRETO 10.502/2020: DISPUTAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS - Suelen Priscila Ferreira Alves	33
4	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A ESCOLARIZAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DURANTE OS ANOS DE 2011 A 2022 - Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira e Josivan João Monteiro Raiol	47
5	
PANDEMIA DA COVID-19 E O ENSINO NÃO PRESENCIAL NO BRASIL: A ESCOLHA DE UM CAMINHO TORTUOSO - Alyne Cristine Domene Martins de Lima e Lucas de Moraes Negri	59
6	
OS INDICADORES EDUCACIONAIS PARA ALÉM DE DADOS ESTATÍSTICOS - Ana Carolina Macalli, Luciléia Bechmann e Tiarles Mirlei Piaia	81
7	
ACESSIBILIDADE EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO NA PERSPECTIVA DE UMA ALUNA SURDA - Samara Cristina Ferreira da Costa e Alessandra Daniele Messali Picharillo	91
ÍNDICE REMISSIVO	103
SOBRE OS AUTORES	105

APRESENTAÇÃO

A escolarização e a formação do estudante com deficiência no Brasil são direitos garantidos e se encontram imbricados com a formulação e efetivação das políticas públicas. Nessa direção, a presente obra, *Desdobramentos da política educacional com enfoque na Educação Especial*, tem como objetivo colocar em pauta tal temática, mesmo sabendo que abordá-la impõe desafio e responsabilidade; sobretudo, pelo conhecimento do esforço para que a Educação, enquanto direito social dessa população, se concretize, apesar de uma história marcada por exclusão, segregação e resultados ainda precários no contexto brasileiro.

Trata-se aqui de apresentar uma obra resultante de esforços, pesquisas e estudos coletivos, que tem como fundamentação teórica pensadores críticos e da interlocução com alunos e docentes do curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar e de estudos e aprofundamentos realizados junto aos Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação – Educação Especial – UFSCar e o Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social – UEL.

Não seria nada honesto não mencionar e deixar de indicar a contribuição, nessa vertente, de importantes sujeitos em minha formação pessoal e profissional, desde familiares até professores e equipe escolar que participaram de meu fluxo escolar, desde a educação infantil até a formação acadêmica e profissionalização, sempre em instituições escolares de cunho público, a que tenho profundo respeito e gratidão. Gostaria de deixar registrada também a importância, para os estudos do grupo, ao ter sido contemplado com o projeto Acessibilidade no Ensino Superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão (OBEDUC/CAPES/INEP Edital n.º 49/2012), projeto de pesquisa em rede aprovado pela CAPES, no Edital Observatório em Educação (OBEDUC), a Chamada Universal – MCTI/CNPq N.º 28/2018 – Universal Faixa B – Processo n.º 438322/2018-5, o Programa de Pós-graduação em Educação Especial e o Programa Capes/Proex, processo n.º 23038006212/2019-97.

Enfim, em tempos sombrios, em que o pensamento conservador avança em vários países e ataca ferozmente o Brasil, e em especial a educação escolar e as universidades públicas; tempos em que a Organização Mundial de Saúde e o Banco Mundial defendem claramente propostas para redução de gastos públicos para com a escolarização das pessoas

com deficiência, sob a égide da denominada implementação de sistemas inclusivos; de retrocesso de direitos sociais e de cortes de verbas nas universidades e na pesquisa, devo ser clara e dizer que o esforço em colocar nesta obra as reflexões e desafios sobre a política da Educação e da Educação Especial brasileira, dá-se primordialmente por essa realidade concreta que constatamos e pela busca por uma escola pública laica, com gestão democrática, com qualidade social para toda a classe trabalhadora e inclusive para a população com deficiência.

Espero que esta obra seja importante ferramenta de estudo para todos que de alguma forma se envolvem com a educação pública em nosso país. Ela foi organizada em capítulos que partem de um entendimento de como se organiza a política no Estado brasileiro, com foco no fluxo de escolarização das pessoas com deficiência, partimos para a análise de política global e nacional e finalizamos com o estudo e análise da política na concretude da universidade. Os capítulos se dividem didaticamente, mas o conjunto da obra se esforça para haver uma comunicação entre as temáticas discutidas pelos autores e autoras.

Assim, no primeiro capítulo, com o título *Organização política do Estado Brasileiro: uma breve introdução*, Gabriel Costa e Luciléia Bechmann apresentam noções introdutórias a respeito do funcionamento das principais instituições democráticas do país, com posterior enfoque no Ministério da Educação. Utilizam como fonte principal a Constituição Federal do Brasil, contribuem para o entendimento do funcionamento político do Estado Brasileiro e proporcionam ao leitor uma aproximação dos conceitos ao saírem de uma linguagem excessivamente técnica.

A Declaração de Salamanca, considerada um marco para as discussões sobre a denominada inclusão, especialmente “educação inclusiva”, foi objeto de análise de teóricos da área da Educação Especial, que destacaram a sua aceitabilidade, por atender a demandas da população, bem como as condições, sobretudo econômicas, determinantes para suas proposições. Nessa direção, Rosimeire Maria Orlando, Suelen Priscila Ferreira Alves e Vanessa Cristina Paulino trazem, no segundo capítulo, intitulado *Declaração de Salamanca e redução nos custos em educação para países em desenvolvimento*, a partir dos conceitos de Gramsci, uma análise sobre a referida Declaração.

A autora Suelen Priscila Ferreira Alves, no terceiro capítulo, *Decreto 10.502/2020: disputas em torno da educação das classes subalternas*, volta sua análise para o contexto nacional e busca identificar, por meio de revisão de literatura, a compreensão e análise do Decreto nº 10.502/2020 e seus desdobramentos. Ela debruça seus estudos em Gramsci e contribui com importantes reflexões sobre as produções acadêmicas e as análises reali-

zadas, até o momento, sobre o referido Decreto, ressaltando a urgência de uma luta por uma escola que permita a emancipação das classes.

No quarto capítulo, com o título *Formação de professores e a escolarização do estudante com deficiência: análise da política de formação durante os anos de 2011 a 2022*, Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira e Josivan João Monteiro Raiol, com o objetivo de identificar e analisar a política de formação de professores para a educação especial inclusiva durante os anos 2011 a 2022, por meio de uma análise de cunho materialista, refletem sobre os componentes políticos que envolvem a Educação e a escolarização das pessoas com deficiência e a interface com a formação de professores.

Com o objetivo de trazer para a discussão um tema atual, Alyne Cristine Domene Martins de Lima e Lucas de Moraes Negri refletem, no quinto capítulo, intitulado *Pandemia da covid-19 e o ensino não presencial no Brasil: a escolha de um caminho tortuoso*, sobre os documentos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial, e a influência na elaboração de documentos norteadores do ensino emergencial brasileiro, discutindo algumas das principais diretrizes.

No sexto capítulo, as autoras Ana Carolina Macalli, Luciléia Bechmann e Tiarles Mirlei Piaia apresentam uma análise dos indicadores educacionais no Brasil. Realizam um estudo preliminar para compreender o que são os indicadores sociais e educacionais enquanto ferramenta de formulação de políticas públicas no Brasil. Sob o título *Os indicadores educacionais para além de dados estatísticos*, as autoras buscam compreender o verdadeiro significado, limites e potencialidades dos indicadores sociais, pois se trata de importante instrumento para as diversas instâncias e instituições que estão envolvidas no delineamento das prioridades sociais e na distribuição de recursos do orçamento público, inclusive educacionais.

A *acessibilidade em ambiente universitário na perspectiva de uma aluna surda* é apresentada pelas autoras Samara Cristina Ferreira da Costa e Alessandra Daniele Messali Picharillo, no sétimo capítulo. As autoras têm a intenção de analisar a política de acessibilidade, na perspectiva de uma aluna surda, matriculada em um programa de pós-graduação de uma universidade pública federal. Elas indicam, a partir dos dados coletados, que, embora algumas dimensões de acessibilidade estejam presentes na universidade, por muito tempo de sua vida a pós-graduanda teve uma visão distorcida de seus direitos e há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à consciência e garantia dos direitos.

Finalizando, espero que esta obra seja o ponto de partida aos que se interessam pelo estudo sobre os direitos sociais das pessoas com deficiência. Expresso meus agradecimentos aos que fizeram parte desta caminhada, des-

de minha estada na escola pública e universidade, enquanto aluna e docente, até a minha efetivação na Universidade Federal de São Carlos¹, que possibilitou a elaboração coletiva desta obra, que certamente se deu por meio da interlocução com diversos agentes durante minha trajetória pessoal e profissional, em especial os autores e autoras desta obra. Enquanto coletivo, esperamos com esta obra, para além de pôr em pauta a temática, contribuir para o envolvimento de graduandos, pós-graduandos, professores da rede básica de ensino e a população como um todo, com o aprofundamento e ampliação do conhecimento produzido sobre a temática em foco.

Tenho certeza de que carrego um pouco de cada um de vocês comigo.

Boa leitura!

Rosimeire Maria Orlando

¹ Indicamos o agradecimento de todos os autores que compõem o presente *e-book* ao Programa de Pós-graduação em Educação Especial e ao Programa Capes/Proex, processo nº 23038006212/2019-97.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Gabriel Costa
Luciléia Bechmann

O Brasil é um país de tamanho continental, com 8.513.844 km² (IBGE, 2021), tratando-se do maior da América do Sul. O país é composto por 26 estados, além do Distrito Federal e, estima-se que a população seja de um pouco mais de 200 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Em relação à sua organização política, o Brasil é uma República Federativa, constituída como Estado Democrático de Direito, e dividida em entes federados, quais sejam, a União, os estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Assim, o funcionamento político do país perpassa diversas esferas para que essa democracia seja exercida com a participação da sociedade e de seus representantes eleitos. Entretanto, de acordo com uma pesquisa realizada pela Agência Senado, vinculada ao Governo Federal, a população, em sua maioria, não entende como esse funcionamento ocorre e que isso se deve ao “baixo nível de conhecimento sobre o sistema político, atrelado a deficiências no ensino, que não transmite informações sobre o tema de forma clara.” (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Sabe-se que é de suma importância que a população como um todo tenha ciência desse funcionamento, para que possa realizar escolhas conscientes nas eleições, além de exercer a cidadania no contexto cotidiano.

Buscando compreender melhor acerca de como se dá esse funcionamento, o presente artigo tem por objetivo apresentar noções introdutórias a respeito do funcionamento das principais instituições democráticas da República Federativa do Brasil, com posterior enfoque no Ministério da Educação. A fim de aproximar esses conceitos, buscou-se sair de uma linguagem mais técnica, vulgo “juridiquês”. Assim, espera-se que esse capítulo sirva como um facilitador no entendimento da organização política do país, bem como a sua relevância no contexto do presente livro e os demais capítulos que o compõem.

Além das partes referentes à introdução, método e considerações finais, o presente capítulo está estruturado em outras três partes principais, com o intuito de responder às questões: Como se organiza o sistema político brasileiro? Como se dá o processo legislativo? Qual a função e como se organiza o Ministério da Educação (MEC)?

A pesquisa desenvolveu-se numa abordagem qualitativa, cujos procedimentos centraram-se na pesquisa documental, tendo como principal fonte a Constituição Federal do Brasil de 1988. Foram realizadas, ainda, consultas em *sites* oficiais do Governo, entretanto, destaca-se a utilização da Constituição, pois esta é o documento que rege sobre a estrutura do sistema do país. Visto que este trabalho tem o intuito de introduzir o funcionamento e estrutura do sistema governamental brasileiro, a análise realizada foi meramente descritiva.

Como se organiza o sistema político brasileiro?

Inicialmente, destaca-se que, nos termos do artigo primeiro da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, e constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Nesse sentido, faz-se necessário conceituar esses termos. Por República, pode-se tomar como norte a descrição de que:

República vem do latim *res publica*, literalmente o bem público, chamando portanto, a etimologia da palavra a atenção para a coisa pública. a coisa comum. Foi Cícero quem classicamente examinou a especificidade do conceito de república, ao diferenciar *res publica* de outras, como a *privata*, a *domestica*, a *familiaris*, estabelecendo, dessa maneira, uma distinção entre o público, isto é, o comum – que corresponde, no grego antigo, às formas substantivadas do adjetivo *koinós* (comum, público) e, modernamente, à expressão italiana *il comune*, ao alemão *die Gemeinde* – e o privado, que não é comum a todos, mas é particular a alguns. Para Cícero, o público diz respeito ao bem do povo que, para ele, não é uma multidão qualquer de homens mas sim um grupo numeroso de pessoas associadas pela adesão a um mesmo direito e voltadas para o bem comum. São, portanto, na concepção ciceroniana, dois os vínculos que configuram o *populus*, como o destinatário da *res-publica*: *consensus juris* (o consenso do direito) e *communis utilitatis* (a comum utilidade) (LAFER, 1989, p. 215).